



Encontro  
da Rede **10**<sup>o</sup>  
de Estudos Rurais

**"Terra, Fome e Poder:  
Desafios para o rural contemporâneo".**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

## MULHERES NEGRAS AGRICULTORAS: UM DEBATE INCIPIENTE

Murilo Carvalho<sup>1</sup>  
Cimone Rozendo<sup>2</sup>

GT 10: Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo

### RESUMO

As mulheres negras agricultoras são um grupo que permaneceu invisibilizado durante muitos anos tanto na academia, quanto no acesso a direitos básicos e à políticas públicas. Hoje, com a visibilidade que as literaturas de agroecologia e segurança alimentar têm dado a modos de vida sustentáveis, tem emergido agentes sociais do mundo rural até então "inexistentes" e/ou invisibilizados pelo Estado e pelo agronegócio, entre eles, as mulheres negras agricultoras. Todavia, ainda são escassos os trabalhos que discutam as experiências dessas mulheres e seus modos de vida considerando o debate racial. Por meio da teoria decolonial e da teoria racial crítica, criamos um panorama geral a respeito das experiências e dificuldades que elas vivenciam, bem como da potencialidade de sua produção de alimentos cultivados em quintais produtivos agroecológicos. Desta forma, as estratégias agroecológicas, naturalizadas no modo de vida das mulheres negras agricultoras, mostraram-se capazes de descolonizar nossas relações sócio-ambientais.

Palavras-chave: Mulheres negras; raça; invisibilidade; agricultura.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), murilo.carvalho.480@ufrn.edu.br.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cimone.rozendo@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O movimento feminista demorou para reconhecer as especificidades das violências vividas por mulheres não-brancas e até mesmo reconhecê-las como humanas (DAVIS, 2016); a sociologia por conta da predileção de Florestan Fernandes pelo negro urbano, desconsiderou o negro do meio rural. Este que na visão do referido autor era menos africanizado que aquele primeiro (PLÍNIO DOS SANTOS, 2015); a teoria racial crítica pouco fez debates sobre o campo e/ou o rural, esses mais recorrentes na geografia (FERNANDES e PORTO-GONÇALVES, 2007; CASTRO, 1984; 1967); e o debate em torno da luta de classes demorou para interseccionar a raça e o gênero como categorias que influenciam para a intensificação da opressão de classe (PEREIRA, 2021).

Essa cadeia de ausências e invisibilidades colocou a mulher negra camponesa e agricultora num lugar marginal não só na sociedade brasileira, mas no continente americano (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020; ZELIC et al, 2021; CARLTON-LANEY, 1992). Todavia, isso não significa que elas estiveram apartadas dos acontecimentos históricos e das transformações e lutas do campo. A mulher negra rural lutou tanto contra o poder colonial nos quilombos (GONZÁLEZ, 2020), quanto contra modernização capitalista e neo-colonial do campo que sucedeu a abolição da escravidão no Brasil (SANTOS, 2015; SOUZA, 2013) e hoje contra o agronegócio, na luta por terra e defesa de seus modos de vida, que mesmo em condições precárias e de abandono estatal, preservam a agrobiodiversidade dos nossos ecossistemas e garante a segurança alimentar e nutricional através de práticas agrícolas agroecológicas (PEREIRA, 2021).

O censo agropecuário de 2017, nos trouxe dados impressionantes em relação à raça, apontando que a maioria dos agricultores e agricultoras do Brasil são negros e negras (IBGE, 2017). Dessa forma, o debate em torno de raça-gênero-agricultura no Brasil se torna improrrogável.

Esse trabalho contempla parte da discussão que estamos desenvolvendo na pesquisa de mestrado intitulada “Dimensões e potencialidades de quintais produtivos geridos por mulheres negras do Mato grande/RN”. O presente trabalho

tem como objetivo contribuir ao debate incipiente em torno da intersecção raça-gênero-agricultura que compõem a mulher negra do campo.

O trabalho está dividido em três partes para além da introdução e das considerações finais. Após a introdução trago a teoria decolonial para discutir modos de vida não-capitalistas. Na segunda parte traço semelhanças entre os desafios das agricultoras negras estadunidenses e das brasileiras, evidenciando negligências, invisibilidades e potencialidades. Na terceira e última parte traço semelhanças entre os quintais produtivos brasileiros e os conucos dominicanos, ambos como espaços de expressão política, cultural e ambiental de/para mulheres negras.

## DESENVOLVIMENTO

### COLONIALIDADE DO SABER E MODOS DE VIDA TRADICIONAIS

A colonialidade é a perpetuação das relações coloniais no dito mundo “moderno”, constituído pelo Estado democrático de direito, onde todas as pessoas são iguais perante a lei. O que se percebe, na realidade, é que após o fim do sistema escravista e da usurpação de recursos naturais e da escravização de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, a colonialidade se tornou parte do mundo moderno. Um território, seja uma região, um país ou um continente, que foi racializado pelo homem branco europeu, permanecem como territórios cujas relações geopolíticas mantiveram-se coloniais (Quijano, 2005).

Ademais, a colonização do planeta pela lógica da europa moderna, capitalista e racista, forjada como naturalmente universal, criará uma hierarquização entre essa tal universalidade (que nada mais é que a cosmovisão norte-europeia) e o restante dos povos racializados ou de países marcados pela racialidade, que para a lógica e pensamento eurocêntrico são inferiores a ela (Quijano, 2005)

Essa universalização da Europa do norte, o que podemos chamar de “eurocentração” do mundo, reverberou em várias esferas da vida dos países colonizados. Segundo Quijano (2005)

Como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento”(QUIJANO, 2005, p. 121).

Tanto os conhecimentos quanto as próprias pessoas não-brancas, não-europeias, que com o desenvolvimento do Estado Moderno se tornarão “não-capitalistas”, representam o atraso, o patológico, o passado e o primitivo, e por isso, para a lógica hegemônica precisam ser invisibilizadas e/ou exterminadas. As formas de repressão e genocídio de modos de vida não-capitalistas e não-brancos representa a tentativa, muitas vezes sucesso, da perpetuação do colonialismo no mundo moderno.

O trabalho de Costa, Dimenstein e Leite (2020) além de aproximar raça e agricultura, traz à tona que as mulheres negras estão reivindicando seu espaço e território em defesa, preservação e (re)produção das suas atividades agrícolas, bem como de seus modos de vida. O mesmo saber e modo de fazer que se projeta homogêneo, disputa espaço com os modos de vida tradicionais, dos “invisíveis”, que são capazes de restabelecer a segurança alimentar, a partilha de conhecimentos intergeracionais e a conservação da agrobiodiversidade local, mostrando-se como saberes e modos de viver decoloniais, que é o caso da agricultura gerida por mulheres negras (PEREIRA, 2021).

## MULHERES NEGRAS AGRICULTORAS: ENTRE INVISIBILIDADES, NEGLIGÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Durante o X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e o VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia (Socla), realizados concomitantemente em outubro de 2017, em Brasília/DF, um grupo de mulheres ocupou e manifestou durante um painel onde só haviam homens brancos, tidos e tratados como as referências da agroecologia na América Latina. O fato é que o painel era denominado “Memórias da Agroecologia” e não haviam mulheres, grupos racializados e tradicionais e/ou representação da juventude em sua composição.

Essas mulheres compunham o painel "Sem mulheres não há agroecologia", que estava ocorrendo no auditório ao lado da grandiosíssima mesa das maiores referências da agroecologia. Costa, Dimenstein e Leite (2020) relatam que após a intervenção das mulheres, o coordenador do painel afirmou que :

[...] *talvez* a história da Agroecologia fosse, de fato, machista, pois em seus *primórdios* (ele se referia às experiências dos primeiros pesquisadores e técnicos nos anos 1970) esse campo era dominado por homens, assim como, segundo ele, todas as esferas sociais à época (COSTA, DIMENSTEINS e LEITE, 2020, p. 5)

Ao final da exposição do painel o mesmo indagou: "A história não pode ser reescrita" (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020, p. 5). Tal situação levou mulheres de todas as regiões do país responderem ao ocorrido através da construção de suas próprias redes de memórias, costurando umas às outras durante a roda de conversa "Sem Feminismo não há Agroecologia" no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Elas reiteraram que aquele era o primeiro encontro que estas mulheres, pesquisadoras e técnicas não eram a maioria, instigando as companheiras a refletir que "Sem FeminismoS (no plural) não há Agroecologia", trazendo para o centro da questão os feminismos negros e decoloniais, já que o feminismo hegemônico, como é comumente chamado o feminismo de base epistemológica eurocentrada e branca, não consegue abarcar a realidade das mulheres do Sul-Global, especialmente das não-brancas (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020).

Carpenter (1997) ao realizar um estudo sobre a situação da população negra agricultora nos Estado Unidos, aponta para o horizonte de que a atividade agrícola familiar é invisibilizada pelo próprio Departamento de Agricultura dos Estado Unidos (USDA). A USDA afirmou durante alguns anos que a população "não-branca", categoria que inclui negros, indígenas, populações asiática etc., representavam 6% dos agricultores, quando na verdade já se sabia que esta população representava entre 10 a 20% da produção da agricultura familiar do país, que era 20% da produção agrícola total.

No caso brasileiro vemos uma negligência semelhante ao caso das agricultoras afro-estadunidenses. Segundo a matéria do Geledés, Instituto da Mulher Negra, em 2017 o IBGE teve um corte inesperado no financiamento do censo agropecuário, desta forma foram retiradas questões referentes à agrotóxicos, agricultura familiar e raça. A justificativa da Agência do IBGE para retirada destes temas foi que “[...] são seguidas recomendações internacionais para ‘preservar as informações essenciais’” (BERGAMO, 2017). Os dados foram disponibilizados de forma tardia, chegando ao acesso público após o lançamento oficial do Censo.

O fundamental para “as recomendações internacionais” era tratar de “questões essenciais”, e seus próprios dados demonstraram que a questão racial, inicialmente desimportante, se mostrou como a força motriz da agricultura nacional, já que a maioria dos agricultores e agricultoras são pessoas negras.

Carpenter (1997) nos mostra que por conta do isolamento geográfico, da desvalorização do agricultor familiar e da baixa renda advinda das dificuldades de sobreviver da atividade agrícola, a população negra estava, na década 1990, desaparecendo gradualmente da paisagem agrícola do país, sendo os/as negros/as 20% mais vulneráveis que os agricultores brancos, estes últimos que já são duas vezes mais propensos a pobreza do que o restante da sociedade, por conta da negligência estatal e desvalorização da atividade agrícola. Tal cenário de violências, violações e invisibilidade coloca o/a agricultor/a negro/a estadunidense numa situação ainda mais vulnerável e insalubre que os brancos e brancas.

Carlton-LaNey (1992), com pesquisa intitulada “Mulheres negras idosas agricultoras: Uma população em risco”, foi realizada com um grupo de mulheres agricultoras do condado de Duplin, na Carolina do Norte. A autora apresenta que os dados referentes à população idosa não intersecciona raça, os dados referentes a gênero não intersecciona idade e os dados sobre agricultura não traz a população idosa aposentada, por considerar que elas não estão mais trabalhando na atividade agrícola por estarem aposentadas.

Desta forma, a invisibilidade em que as mulheres negras idosas agricultoras foram colocadas, as distanciam de políticas públicas e programas sociais, tornando-as um dos grupos mais vulneráveis da agricultura estadunidense e talvez do país (CARLTON-LANEY, 1992).

No Brasil, Lélia Gonzalez (2020) aponta que a situação atual da mulher negra brasileira não é tão distante do período escravista, na verdade, esta "continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho" ( GONZALEZ, 2020, p.199). Chegando a ser as mulheres negras consideradas por Davis (2016) como muletas do capitalismo, pois são essas agentes sociais que sustentam as violências econômicas, domésticas e trabalhistas.

Quando nos deparamos com a continuidade da colonialidade no Estado democrático de direito, o dito Estado moderno, vemos que a mulher negra não ficou isenta desse processo, pelo contrário, as combinações da desigualdade de raça e gênero delegaram à mulher negra um lugar exclusivo de opressão, invisibilidade, violência e exploração (GONZÁLEZ, 2020), mais ainda quando acompanhada da questão territorial, colocando a mulher negra do campo como um sujeito quase que inexistente (PEREIRA, 2021) aos olhos das instituições públicas.

#### QUINTAIS PRODUTIVOS COMO EXPRESSÃO DA AGRICULTURA GERIDA POR MULHERES NEGRAS

Ver uma série de conflitos e intersecções em torno de um dos maiores encontros de agroecologia da década passada, CBA e SOCLA e a situação que se encontram as agricultoras afro-estadunidenses, aumentam nossa lente sociológica acerca das invisibilidades que permeiam a tríade raça e etnia, gênero e agricultura.

Pensar nessa intersecção através da perspectiva decolonial e interseccionada nos possibilita visualizar a raça-etnia, a regionalidade, o gênero e a atividade agrícola, como constituintes dos saberes que constroem a agroecologia (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020), movimento político-ecológico-científico indispensável para se pensar as dinâmicas dos quintais produtivos, estes que são patrimônio cultural intergeracional das mulheres agricultoras (CARVALHO, 2020; OKLAY; 2004).

Zelic et al. (2021) entrevistaram três agricultoras negras dominicanas que através da atividade agrícola, e por ela, têm resistido em seus territórios e garantido a segurança alimentar, a preservação da agrobiodiversidade e lutado contra a burguesia local e internacional, que pretendem ampliar as monoculturas na República Dominicana e no Caribe de forma geral.

Benita Cordero, Juana Ferrer e Vanessa Rodríguez são as três agricultoras e ativistas entrevistadas, ambas fazem parte da Confederação Nacional de Mulheres do Campo (Conamuca). A entrevista foi realizada no Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, dia simbólico não só por ser um marco que exprime uma relação de identificação continental entre mulheres negras do sul, mas pela sua fundação ter ocorrido na República Dominicana durante o 1º encontro de Mulheres Negras da América Latina e Caribe.

Durante a entrevista as agricultoras trazem a importância da agroecologia, dos saberes ancestrais e da soberania alimentar para a defesa do território e para recuperação dos seus modos de vida, como foi dito por Juana, uma das entrevistadas:

*[...] O debate sobre como construir a agroecologia através da soberania alimentar tem a ver com isso: com a união dos povos não só para lutar contra o modelo nas ruas, mas também no nosso território, apoiando-nos na produção de alimentos, no cuidado com o meio ambiente, na recuperação do mercado solidário e local. São práticas de ruptura com o individualismo a que o modelo neoliberal e capitalista nos sujeita. A agroecologia é uma ferramenta importante para recuperar nosso modo de viver e de produzir. Inclusive, compartilhamos comunidades entre companheiros migrantes ou de ascendência haitiana e dominicana, em um modo de vida que tanto a burguesia haitiana quanto a dominicana desejam dividir. São dois países, mas é a mesma ilha [...]* (COSTA, DIMENSTEIN e LEITE, 2020, [S.I]).

As concepções expressas por Costa, Dimenstein e Leite (2020) a respeito da luta coletiva e a importância de uma percepção decolonial a respeito das experiências da América Latina e Caribe se mostram vivas entre as agricultoras negras da República Dominicana, além disso, suas lutas e desafios possuem algumas semelhanças com às das mulheres brasileiras.

Jesus et al. (2021) com pesquisa realizada junto às mulheres negras do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) da Bahia que cultivam quintais produtivos, discute como essa prática tradicional e histórica é invisibilizada e considerada sem valor por não visar diretamente o lucro e por ser realizada por mulheres. Algo semelhante é relatado por Benita, uma das agricultoras ativistas da República Dominicana ao falar sobre o *conuco*, que é

*[...] uma prática agrícola tradicional comunitária ou familiar de origem indígena, com base no policultivo destinado, sobretudo, ao autoconsumo ou à troca comunitária, ainda que a produção excedente possa também ser destinada aos mercados populares [...] (COSTA, DIMENSTEIN e LEITE, 2020, [S.I]).*

Os conucos podem ser minimamente comparados aos quintais produtivos comunitários nas seguintes dimensões: grande produção para autoconsumo, o protagonismo feminino, a troca entre vizinhos e a comercialização (CARVALHO, 2020). Ao falar sobre o Conuco a agricultura diz:

*[...] Apesar de ser uma prática cotidiana dos camponeses e camponesas, dizem que não são rentáveis, que o que dá lucro é a monocultura... Mas o conuco continua sobrevivendo. Um bom conuco é aquele que tem banana, mandioca, feijão e muito mais. O conuco é o único que nunca engana nem o homem nem a mulher, nem fica com o suor de ninguém [...].*

Tanto os quintais produtivos baianos quanto os conucos dominicanos, revelam a desvalorização da produção agrícola familiar gerida por mulheres negras, mas por outro lado apontam para a potência da contribuição dessas agricultoras para com suas realidades, além disso, a agroecologia, assim como em Costa, Dimenstein e Leite (2020) e em Zelic et al (2021), aparece em Jesus et al (2021) como potencializadora da agência e visibilidade para as atividades desenvolvidas por mulheres negras.

Especificamente em Costa, Dimenstein e Leite (2020) e em Jesus et al (2021) a agroecologia emerge como um campo de disputa onde as mulheres racializadas estão contando suas próprias narrativas e saberes, rompendo com o silêncio colonial que invisibiliza e apaga a participação das mulheres negras e indígenas da história da agricultura e desvaloriza suas atividades agrícolas, que é o caso dos quintais produtivos, que quando se funde com o debate racial, perde-se de vista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho traçamos um breve panorama continental entre mulheres negras agricultoras dos Estados Unidos (América do Norte), da República Dominicana (Caribe) e do Brasil (América do Sul). Por meio desses estudos é perceptível que as mulheres negras representam um dos grupos mais vulneráveis da

agricultura, combinando raça, classe, gênero e território (PEREIRA, 2021), pois, aquilo que não pode ser mercantilizado perde sua importância e sentido na modernidade, tornando-se passível de invisibilidade e extermínio (ROZENDO e BRANDENBURG, 2022).

A classe, que consubstancia a vivência dessas mulheres, aparece na vulnerabilidade alimentar e nutricional, na facilidade com que suas experiências são exterminadas e desqualificadas, através da segregação geográfica e por meio da necessidade ou dependência de assistência governamental, que muitas vezes não se efetivam ou simplesmente não existem (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2020; CARLTON-LANEY, 1992).

Essas mulheres (con)vivem com a terra sem fazer a separação cartesiana (colonial!) entre humano e natureza (RODRIGUES, 2019), esta que serviu como base epistemológica para a colonização e exploração dos recursos naturais conservados por povos racializados e pela agricultura familiar e camponesa (LITTLE, 2002).

A relação circular, não linear e nem hierárquica entre humana-natureza torna as mulheres negras um grupo passível de violência, já que a colonialidade é expressa através da tentativa de homogeneização do espaço geográfico pelos empreendimentos capitalistas, como é o caso das grandes monoculturas produtoras de commodities (SANTOS, 2006). Esses empreendimentos levam à desertificação, extermínio animal, exploração humana e perda da agrobiodiversidade em favor do capital e da mercantilização de alimentos e sementes artificialmente modificados.

Todavia, das experiências dessas mulheres também nascem frutos que podem radicalizar o campo. As estratégias agroecológicas, naturalizadas no modo de vida das mulheres negras agricultoras, são práticas decoloniais capazes de garantir a existência da espécie humana por meio da garantia da segurança alimentar e nutricional, da preservação da agrobiodiversidade e dos ecossistemas locais e do uso sustentável do solo.

As mulheres negras estão emergindo como um agente social capaz de descolonizar nossas relações sócio-ambientais, mas para tal precisam ser viabilizadas não só na academia mas também pelo Estado e pelas políticas públicas direcionadas às mulheres, aos/as negros/as e camponeses/as.

## REFERÊNCIAS

BERGAMO, Monica. IBGE corta questões sobre raça, agricultura familiar e agrotóxicos do censo rural. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ibge-corta-questoes-sobre-raca-agricultura-familiar-e-agrotoxicos-de-censo-rural/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CARLTON-LANEY, Iris. Elderly Black Farm Women: A Population at Risk. *Social Work*. [S.L.], p. 517-523. nov. 1992.

CARPENTER, Stephen. Poverty, Racial Discrimination and the Family Farm. *Poverty & Race: POVERTY & RACE RESEARCH ACTION COUNCIL*. Washington, p. 2-4. fev. 1997.

COSTA, Maria da Graça; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-Rei, v. 15, n. 4, p. 1-13, out. 2020.

CASTRO, Josué de. Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967, p.22-37.

\_\_\_\_\_. Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares: Achiaminé, 10ª edição, 1980, p. 112-173.

DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. p.223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar. p. 197-200.

JESUS, Cleidineide Pereira de et al. QUINTAIS PRODUTIVOS: O OLHAR FEMINISTA TRANSFORMANDO “PEQUENOS” ESPAÇOS EM GRANDES EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS. *Cadernos de Agroecologia*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 1-12, 05 mar. 2021.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Unb: Série Antropologia, n. 322, 2002.

OKLAY, E. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. *Agriculturas*. v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

PEREIRA, Maria Rosineide. ELEMENTOS PARA REFLETIR SOBRE A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NO CAMPO. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 2019, [S.l.]. Anais [...] . [S.L.]: Editora Realize, 2019.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B.. As comunidades negras rurais nas ciências sociais no Brasil: de nina rodrigues à era dos programas de pós-graduação em antropologia. *Anuário Antropológico*, [S.L.], n. 401, p. 75-106, 1 jul. 2015. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/aa.1343>.

PORTO-GONÇAVES, Carlos. Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 13-27.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p. 107-130.

RODRIGUES, Luciene da Costa et al. Campesinato e sementes crioulas: indícios de decolonialidade. *Guaju, Matinhos*, v. 1, n. 5, p. 33-57, jan. 2019.

ROZENDO, Cimone; BRANDENBURG, Alfio. SABERES INSURGENTES E A PROTEÇÃO DOS BENS COMUNS: práticas e formas de re-existência na construção do território agroecológico no semiárido potiguar. *Repocs*, [S.L.], jan. 2022.

ZELIC. Capire Helena. Mulheres negras colhendo agroecologia e autonomia no Caribe. 2021. Traduzido do espanhol por Aline Lopes Murillo. Revisão da tradução por Helena Zelic. Disponível em: <https://capiremov.org/entrevista/mulheres-negras-colhendo-agroecologia-e-autonomia-no-caribe/>. Acesso em: 05 out. 2022.